

TJPE
15
16/11/2014

3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AI Nº 324329-8

AGRAVANTE: FABIO RICARDO DE MOURA SILVA

AGRAVADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. IRREGULARIDADE FORMAL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A não observância do princípio da dialeticidade, segundo o qual a parte recorrente, ao apresentar suas razões, deve impugnar especificamente as razões da decisão recorrida para demonstrar *error iudicando* ou *error in procedendo* do magistrado *a quo*, importa em desprestígio da instância. A decisão monocrática não é um mero projeto de acórdão, mas sim decisão dotada de autoridade, só podendo ser reformada ou anulada se ao menos descritas as razões para tanto.
2. Agravo Legal **NÃO CONHECIDO**.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº324329-8, em que figuram como Agravante **FABIO RICARDO DE MOURA SILVA** e como Agravado **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em receber o presente recurso como Agravo Legal, previsto no art. 557, §1º, do CPC, nos termos da Súmula 42 do TJPE, mas **NÃO CONHECER** deste, nos termos do voto do Relator.

Recife,

28-11-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AI Nº 324329-8

AGRAVANTE: FABIO RICARDO DE MOURA SILVA

AGRAVADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo legal, intitulado de regimental, interposto em face de decisão terminativa proferida nos autos do agravo de instrumento que manteve decisão de 1º grau determinando a conexão de demanda revisional com ação de busca e apreensão, bem como a remessa daqueles autos à 33ª Vara Cível em face da constatação de prevenção deste juízo.

No presente recurso, o agravante reitera os argumentos despendidos, sustentando juízo prevento diverso com base na data de ajuizamento da ação e de prolação de despacho determinando a emenda à inicial.

Pugna pelo conhecimento e provimento do presente recurso, a fim de que seja reformada a decisão terminativa proferida, no sentido de declarar como prevento o juízo da 7ª Vara Cível da Capital.

Requer ainda que todas as intimações sejam publicadas em nome de André Frutuoso de Paula, OAB/PE 29.250.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 29-12-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

TJPE
12

3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AI Nº 324329-8

AGRAVANTE: FABIO RICARDO DE MOURA SILVA

AGRAVADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Inicialmente cabe destacar o ingresso de agravo regimental para atacar a decisão terminativa proferida, todavia, o recurso destinado a impugnar decisão terminativa monocrática de Relator é o recurso de Agravo previsto no art. 557, §1º, do CPC, vez que o agravo regimental, em verdade, se presta para impugnar as decisões liminares exaradas pelo Relator.

Tanto o Agravo Legal do art. 557, §1º, do CPC quanto o Agravo Regimental promovem a integração da vontade do órgão colegiado, na hipótese do recorrente acreditar que a decisão do relator lhe parece divergente da do órgão fracionário do qual faz parte. É interessante observar que ambas modalidades recursais possuem os mesmos pressupostos processuais: prazo de cinco dias e dispensa de preparo.

Por esses motivos, essa Corte Estadual de Justiça consolidou o entendimento na sua Súmula 42 que são fungíveis o agravo regimental e o agravo legal. A interposição de um no lugar do outro, portanto, não constitui erro grosseiro.

Desse modo, recebo o presente Agravo Regimental como Agravo Legal.

De início ressalte-se que em análise aos requisitos de admissibilidade recursal, constata-se que o presente recurso não deve ser conhecido, em razão de nítida violação ao princípio da dialeticidade.

Observando a peça recursal, constata-se que o recorrente limitou-se, nas razões do Agravo, a copiar os argumentos expostos em agravo de instrumento anteriormente interposto, deixando de combater especificamente os fundamentos da decisão monocrática. Por conseguinte, não observou requisito de regularidade formal do recurso, especificamente, a necessidade de impugnar os fundamentos do pronunciamento judicial, consubstanciada no princípio da dialeticidade.

Cinge-se a presente controvérsia acerca da determinação do juízo prevento em ações conexas perante juízos de mesma competência territorial.

Bf.

Tramitando ação de revisão de cláusulas contratuais perante a 7ª Vara Cível e ação de busca e apreensão perante a 33ª Vara Cível da Capital, constatou o magistrado a existência de conexão e determinou a remessa dos autos da ação revisional à 33ª Vara Cível, face a constatação deste juízo como prevento para julgamento de ambos os feitos.

Em agravo de instrumento anteriormente interposto, alegou o agravante que a prevenção seria da 7ª Vara Cível, sob os seguintes fundamentos: a) data de ajuizamento do feito; b) respectivo juízo teria proferido o primeiro despacho.

Em decisão vergastada foi negado seguimento ao recurso, nos seguintes termos:

Inicialmente, frise-se que o código de processo civil determina em seu art 106 que, correndo ações conexas perante juízos de mesma competência territorial será considerado prevento aquele que despachou em primeiro lugar.

No que se refere à expressão "despachar em primeiro lugar", o Superior Tribunal de Justiça é unânime em afirmar que deve ser entendida como o pronunciamento judicial positivo que determina a citação e não mero despacho ordinatório. Neste sentido:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÕES INDENIZATÓRIAS. CONEXÃO. EXISTÊNCIA. CONVENIÊNCIA DA MEDIDA.

1. A conexão pressupõe a existência de causas que, embora não sejam iguais, guardam entre si algum vínculo, uma relação de afinidade, o que denota que o alcance da regra de conexão tem sido alargado, de modo a se interpretar "o vocábulo "comum", contido no texto legal, como uma indicação do legislador de que, para caracterizar a conexão, seria desnecessária a identidade total dos elementos da ação, bastando tão somente uma identidade parcial. 2. O art. 105 do CPC, em torno do qual existe certa divergência acerca de sua exata interpretação, afirma que, "havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente". 3. Parcela significativa da doutrina relativiza a cogência da norma, partilhando do entendimento de que existe margem para uma discricionariedade do magistrado na apreciação da conveniência ou não da reunião dos processos. Precedentes. 4. Esse permissivismo, porém, deve ser tratado com cautela, realizando-se um juízo criterioso, a fim de evitar a reunião desnecessária e desmedida de ações. O critério fundamental a ser sopesado pelo julgador nessa avaliação situa-se em torno da verificação da conveniência da reunião dos processos. 5. O art. 103 do CPC se limita a instituir requisitos mínimos de conexão, cabendo ao Juiz, conforme os elementos presentes em cada caso, aquilatar se a adoção da medida se mostra aconselhável e consentânea com a finalidade do instituto, que, em última análise, se presta a colaborar com a efetividade da justiça e da pacificação social. 6. Mostra-se razoável, na espécie, a reunião de ações indenizatórias decorrentes de uma mesma relação jurídica de direito material (acidente de trânsito), considerando-se que são somente duas as

vítimas do evento, que ambas as ações não mostram discrepância no tocante à fase processual em que se encontram e que não haverá delongas na remessa dos autos ao juízo prevento, haja vista que as varas localizam-se no mesmo Foro Regional de uma mesma comarca. Tal medida resultaria em uma maior celeridade e economia processual, permitindo o aproveitamento - em benefício do Juízo prevento - dos atos instrutórios realizados pelo outro Juízo, evitando-se, ainda, o risco de haver decisões contraditórias. 7. Se as ações conexas tramitam na mesma comarca, competente é o juiz que despacha em primeiro lugar, a teor do art. 106 do Código de Processo Civil. 8. A expressão "despachar em primeiro lugar", inserida no art. 106 do CPC, salvo exceções, deve ser entendida como o pronunciamento judicial positivo que ordena a citação. Precedentes. 9. Recurso especial provido para reconhecer a conexão entre as demandas e a prevenção do juízo da 3ª Vara Cível de Bangu/RJ para processar e julgar os feitos conexos. (REsp 1226016/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 25/03/2011)

PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. CONEXÃO. PREVENÇÃO. ART. 106, CPC. POSICIONAMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTE DA TURMA. RECURSO PROVIDO. I - Se as ações conexas tramitam na mesma comarca, competente é o juiz que despacha em primeiro lugar, a teor do art. 106 do Código de Processo Civil. II - A expressão "despachar em primeiro lugar", inserida no art. 106, CPC, salvo exceções (v.g., art. 296, CPC), deve ser entendida como o pronunciamento judicial positivo que ordena a citação. (REsp 217.860/PR, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/1999, DJ 20/09/1999, p. 67)

Nesse sentido, vejamos ainda os seguintes precedentes: AgRg no CC 40.377/RJ, 2ª Seção, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 01/06/2005; CC 39.595/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 09/02/2005; CC 32.268/SP, 2ª Seção, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 24/04/2002; CC 31.306/SC, 1ª Seção, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 17/09/2001; CC 16.201/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 12/08/1996; REsp 59.372/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 29/05/1995.

Compulsando os autos vê-se que o juízo da 7ª Vara Cível proferiu o primeiro despacho em 04.02.2013 o qual, todavia, não determinou a citação, mas tão somente a correção do valor da causa e o pagamento das custas processuais devidas ou a demonstração robusta da impossibilidade econômico-financeira de arcá-las sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Já o juízo da 33ª Vara Cível em 29.04.2013, proferiu seu primeiro despacho ordenando a citação do réu, determinando essa que, nos autos da ação de que se origina o presente recurso nem sequer veio a ocorrer.

Desta forma reputa-se incabível qualquer modificação.

No presente recurso, o agravante reitera os argumentos despendidos em agravo de instrumento, em flagrante afronta ao princípio da dialeticidade.

A não observância do princípio da dialeticidade, segundo o qual a parte recorrente, ao apresentar suas razões, deve impugnar especificamente as razões da decisão recorrida para demonstrar *error iudicando* ou *error in procedendo* do

B1'

magistrado, importa em desprestígio da instância. A decisão monocrática não é um mero projeto de acórdão, mas sim decisão dotada de autoridade, só podendo ser reformada ou anulada se ao menos descritas as razões para tanto.

Assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES VOLTADAS CONTRA OUTRA DECISÃO. SÚMULA 182/STJ.

1. Cuida-se de Agravo Regimental interposto contra decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Especial, cujo mérito diz respeito à incidência da CPMF sobre a movimentação financeira de cooperativas agropecuárias.

2. A decisão agravada fundamenta-se na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

3. Por sua vez, o Agravo Regimental insurge-se contra a aplicação da Súmula 182/STJ - motivação inexistente na decisão hostilizada.

4. Os agravantes não observaram o princípio da dialeticidade, que norteia a teoria geral dos recursos. Desse modo, não se pode conhecer do Agravo Regimental, porquanto a fundamentação da decisão agravada não foi impugnada, atraindo assim o óbice da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

5. Agravo Regimental não conhecido.

(STJ. AgRg no AREsp 41.034/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 12/04/2012) (grifos nossos)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. APRECIÇÃO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Desnecessidade de sobrestamento do recurso especial quando este não reúne condições de admissibilidade.

2. O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida, sob pena de vê-la mantida (Súmula 182/STJ).

3. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não se afigurando suficiente a impugnação genérica ao 'decisum' combatido. Precedentes.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(STJ. AgRg no Ag 1242305/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 27/06/2012) (grifos nossos)

Este E. Tribunal de Justiça vem seguindo o entendimento:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO RECURSO DE AGRAVO. ARRAZOADO QUE NÃO ATACA A DECISÃO RECORRIDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.

Não é passível de ser conhecido o agravo legal que, em seu bojo, deixa de atacar e contraditar os fundamentos da decisão que negou seguimento ao



agravo de instrumento, e que afronta, portanto, o princípio da dialeticidade. Recurso de Agravo não conhecido. Decisão unânime."

(TJPE. 259406701 PE 0004726-52.2012.8.17.0000, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 03/05/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 89) (grifos nossos)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO LEGAL - IRREGULARIDADE FORMAL - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL - RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO E PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA - RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Não merece ser conhecido o Agravo Legal por falta do requisito da regularidade formal quando o Agravante não ataca os fundamentos da decisão agravada. Aplicação analógica da Súmula 182 do STJ.

2. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. 557 § 2º CPC

3. Recurso não conhecido com aplicação de multa.

(TJPE 2778274 PE 0013430-54.2012.8.17.0000, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 01/08/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 143) (grifos nossos)

Nesta senda, impõe-se o reconhecimento da manifesta inadmissibilidade do presente Recurso de Agravo, em virtude da ausência de um dos requisitos objetivos de procedibilidade, de maneira a se inviabilizar a apreciação da postulação do recorrente.

Ante todo o exposto, voto no sentido de **NÃO CONHECER** o presente recurso em razão da manifesta afronta ao princípio da dialeticidade.

Atente-se à Diretoria Cível para que as intimações sejam publicadas em nome de André Frutuoso de Paula, OAB/PE 29.250.

Publique-se.

Recife,

28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator